

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

Assunto: **Ficha de análise das propostas de alteração relativas:**  
– **à Parte III, Título VI "Funcionamento da União": Tribunal de Justiça**  
**(Subsecção V)(artigos III-254.º a III-285.º ex-artigos 221.º a 245.º):**

---

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, a ficha de análise das propostas de alteração relativas ao Tribunal de Justiça, projecto de artigos III-254.º a III-285.º, Parte III, Título VI, Subsecção V da Constituição.

=====

**FICHA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**  
**RELATIVAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PARTE III, TÍTULO VI (ARTIGOS III-254.º a III-285.º) DA CONSTITUIÇÃO**

**I. OBSERVAÇÕES GERAIS**

Foram também apresentadas novas propostas de alteração ao artigo 20.º da Parte I, que incidem, designadamente, na duração do mandato (9 anos, não renovável, para os membros do TJCE- alt.1 Duff +12 Convencionais e alt.4 Paciotti + 1 Convencional), na formulação da lista de acções (alt. 2 Fischer, alt.3 Kaufmann), na garantia explícita de independência (alt.4 Paciotti) e na redacção do artigo (alt.5 Queiró). Recorde-se que o Secretariado já elaborou uma ficha de análise de todas as propostas de alteração ao artigo 20.º da Parte I (agora artigo I-28.º), para a qual se remete. Assim sendo, a presente análise só diz respeito às propostas de alteração apresentadas para os artigos da Parte III.

Quanto às propostas apresentadas relativamente aos artigos que seguidamente se referem, um membro (Queiró) propôs que em todos eles se substitua "Constituição" por "Tratado".

## II. FICHA ANALÍTICA DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO POR ARTIGO

### ARTIGO III-254.º (EX-ARTIGO 221.º)

*"O Tribunal de Justiça reúne-se em secções, em grande secção ou em tribunal pleno, em conformidade com as regras previstas para o efeito no seu Estatuto."*

- Prever que o Tribunal "só excepcionalmente" se reúne em tribunal pleno.: (alt.6 Villepin)

### **ARTIGO III-255.º (EX-ARTIGO 222.º)**

*"O Tribunal de Justiça é assistido por oito advogados-gerais. Se o Tribunal de Justiça o solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais.*

*Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas que, nos termos do Estatuto do Tribunal de Justiça, requeiram a sua intervenção."*

- Prever mais advogados-gerais (**10** advogados-gerais – alt.7 Borrell +1 Convencional, **16** advogados-gerais – alt.8 Figel, ou **um número correspondente a metade dos juízes** – alt.9 Paciotti)
- Substituir a decisão do Conselho, por unanimidade, por uma **decisão do Conselho, por maioria qualificada e após aprovação do Parlamento Europeu** (alt.9 Paciotti)

### **ARTIGO III-256.º (EX-ARTIGO 223.º)**

*" Os juízes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, após consulta ao comité previsto no [ex-artigo 224.º-A].*

*De três em três anos, proceder-se-á à substituição parcial dos juízes e dos advogados-gerais, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.*

*Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.*

*O Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada. "*

- Alterar o processo de designação dos membros do Tribunal, prevendo que os Governos apresentem uma proposta, que é ratificada pelo Parlamento Europeu (alt.10 Borrell +1 Convencional);
- Suprimir o parecer do Comité Consultivo (alt.11 Figel);
- Prever um mandato não renovável (alt.13 Paciotti, alt.14 Queiró);
- Modificar o processo de adopção do regulamento de processo do Tribunal, prevendo a sua aprovação não só pelo Conselho como pelo Parlamento Europeu (alt.12 Kaufmann).

### **ARTIGO III– 257.º (EX-ARTIGO 224.º)**

*" O número de juízes do Tribunal de Grande Instância da União Europeia é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal seja assistido por advogados-gerais.*

*Os membros do Tribunal de Grande Instância da União Europeia serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de altas funções jurisdicionais; são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros, após consulta ao comité previsto no [ex-artigo 224º A]. De três em três anos, proceder-se-á à sua substituição parcial. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.*

*Os juízes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, que pode ser reeleito.*

*O Tribunal de Grande Instância da União Europeia aprova o seu regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia delibera após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.*

*Salvo disposição em contrário do Estatuto do Tribunal de Justiça, são aplicáveis ao Tribunal de Grande Instância da União Europeia as disposições da Constituição relativas ao Tribunal de Justiça."*

- Decisão do Conselho que estabeleça, por unanimidade, o número de juízes do Tribunal de Grande Instância (alt.16 Farnleitner)
- Supressão do comité consultivo no processo de designação dos juízes do Tribunal de Grande Instância (alt.17 Figel)
- Aprovação do regulamento de processo do Tribunal pelo Parlamento Europeu; especificar que este regulamento deveria ser considerado lei orgânica (alt.18 Kaufmann)

### **ARTIGO III-258.º (EX-ARTIGO 224.º-A)**

*"É instituído um comité a fim de dar parecer sobre a adequação dos candidatos ao exercício das funções de juiz ou de advogado-geral do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, antes da decisão dos Governos dos Estados-Membros, em conformidade com os [ex-artigos 223.º e 224.º].*

*Esse comité será composto por sete personalidades, escolhidas de entre antigos membros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância da União Europeia, de entre membros dos tribunais supremos nacionais e de entre juristas de reconhecida competência, um dos quais será proposto pelo Parlamento Europeu. A designação dos membros desse comité e as suas regras de funcionamento são decididas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta do Presidente do Tribunal de Justiça."*

- Supressão do comité (alt.24 Figel, alt.25 Fischer, alt.26 Queiró)
- Suprimir a referência ao número de membros do comité (alt.27 Roche)
- Apoio explícito do comité (alt.23 Einem + 2 Convencionais)
- Prever que o parecer do comité deve ser fundamentado (alt.22 Villepin)

**Artigo III-259.º (ex-artigo 225.º)**

*"1. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer em primeira instância das acções referidas nos [ex-artigos 230.º, 232.º, 235.º, 236.º e 238.º], com excepção das atribuídas a um tribunal especializado e das que o Estatuto reservar para o Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal de Grande Instância da União Europeia seja competente para outras categorias de acções.*

*As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia ao abrigo do presente número podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Justiça limitado às questões de direito, nas condições e limites previstos no Estatuto.*

*2. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer dos recursos interpostos das decisões dos tribunais especializados criados nos termos do [ex-artigo 225.º-A].*

*As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia ao abrigo do presente número podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito da União.*

*3. O Tribunal de Grande Instância da União Europeia é competente para conhecer das questões prejudiciais, submetidas por força do [ex-artigo 234.º], em matérias específicas determinadas pelo Estatuto.*

*Quando o Tribunal de Grande Instância da União Europeia considerar que a causa exige uma decisão de princípio susceptível de afectar a unidade ou a coerência do direito da União, pode remeter essa causa ao Tribunal de Justiça, para que este delibere sobre ela.*

*As decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância da União Europeia sobre questões prejudiciais podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito da União."*

- Aditar um novo número que preveja o recurso para instâncias jurisdicionais internacionais (CEDH) (alt. 28 Queiró)



## **ARTIGO III-260.º (EX-ARTIGO 225.º-A)**

*"1. O Parlamento Europeu e o Conselho podem adoptar, de acordo com o processo legislativo, leis europeias que criem tribunais especializados, adstritos ao Tribunal de Grande Instância da União Europeia, encarregados de conhecer em primeira instância de certas categorias de acções em matérias específicas. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam, quer sob proposta da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão.*

*2. A lei europeia que crie um tribunal especializado fixará as regras relativas à composição desse tribunal e especificará o âmbito das competências que lhe forem conferidas.*

*3. As decisões dos tribunais especializados podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Grande Instância da União Europeia, limitado às questões de direito ou, quando tal estiver previsto na lei europeia que cria o tribunal especializado, que incida também sobre as questões de facto.*

*4. Os membros dos tribunais especializados serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de funções jurisdicionais. São nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.*

*5. Os tribunais especializados aprovam o respectivo regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça. Os tribunais especializados deliberam após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.*

*6. Salvo disposição em contrário da lei europeia que cria o tribunal especializado, aplicam-se aos tribunais especializados as disposições da Constituição relativas ao Tribunal de Justiça e as disposições do seu Estatuto."*

➤ Prever o processo legislativo, mas com deliberação do Conselho por unanimidade (alt.30 Farnleitner, alt.33 Queiró)

➤ Alterações de redacção (alt.29 Borrell + 1 Convencional, alt.32 Michel + 4 Convencionais)

### **ARTIGO III-263.º (EX-ARTIGO 228.º)**

*"1. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição, esse Estado deve tomar as disposições necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.*

*2. Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal, pode submeter-lhe o caso, após ter dado a esse Estado a possibilidade de apresentar as suas observações. A Comissão indicará o montante da quantia fixa ou da sanção pecuniária compulsória, a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequado às circunstâncias.*

*Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória.*

*Este procedimento não prejudica o [ex-artigo 227.º].*

*3. Sempre que propuser uma acção no Tribunal de Justiça nos termos do [ex-artigo 226.º], por considerar que o Estado em causa não cumpriu a obrigação de comunicar as medidas de transposição de uma lei-quadro, a Comissão, se o considerar necessário, pode solicitar ao Tribunal de Justiça que, no mesmo acórdão, lhe seja imposto o pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória, caso o Tribunal de Justiça declare verificado um incumprimento. Se o Tribunal de Justiça der provimento ao pedido da Comissão, o pagamento em questão produz efeitos no prazo determinado pelo Tribunal de Justiça no seu acórdão."*

- Reintroduzir a fase pré-contenciosa no nº 2 e suprimir o nº 3 (alt.37 Villepin, alt.39 Fischer, alt.38 Einem + 2 Convencionais, que apenas pretendem a supressão do nº 3).

**ARTIGO III-264.º (EX-ARTIGO 229.º)**

*"As leis europeias, as leis-quadro europeias e as leis ou regulamentos do Conselho, adoptados por força da Constituição, podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça para as sanções neles previstas."*

- Supressão das leis-quadro (alt. 42 Villepin).

### **ARTIGO III-265.º (EX-ARTIGO 229.º-A)**

*"Sem prejuízo das restantes disposições da Constituição, uma lei europeia pode atribuir ao Tribunal de Justiça, na medida por ela determinada, competência para decidir sobre litígios ligados à aplicação dos actos adoptados com base na Constituição que criem títulos de propriedade industrial."*

- A alt. 46 Farnleitner não se aplica à versão portuguesa;
- Lei orgânica (alt.47 Kaufmann);
- Voltar a um acto do Conselho por unanimidade (alt.48 Queiró)

### **ARTIGO III-266.º (EX-ARTIGO 230.º)**

*"1. O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade das leis europeias e das leis-quadro europeias, dos actos do Conselho, da Comissão e do BCE, que não sejam recomendações ou pareceres, e dos actos do Parlamento Europeu destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros. O Tribunal de Justiça fiscaliza também a legalidade dos actos das agências e órgãos da União que produzam efeitos jurídicos em relação a terceiros.*

*2. Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer das acções com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação da Constituição ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, propostas por um Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão.*

*3. O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer das acções propostas pelo Tribunal de Contas, pelo Banco Central Europeu e pelo Comité das Regiões com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.*

*4. Qualquer pessoa singular ou colectiva pode propor, nas mesmas condições, uma acção contra os actos de que seja destinatária ou que lhe digam directa e individualmente respeito, bem como contra os actos regulamentares que lhe digam directamente respeito, sem implicar medidas de execução.*

*5. Os actos que criam os órgãos e agências da União podem prever condições e modalidades específicas relativas às acções propostas por pessoas singulares ou colectivas contra actos desses órgãos ou agências destinados a produzir efeitos jurídicos.*

*6. As acções previstas no presente artigo devem ser propostas no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto."*

#### **Nº 3**

- Acrescentar o Comité Económico e Social (alt.49 Borrell + 2 Convencionais).

#### **Nº 4**

- Substituir "actos regulamentares" por "actos de alcance geral" (alt.53 Fischer, alt.55 Michel + 4 Convencionais) ou por "actos jurídicos" (alt.54 Kaufmann) ;
- Suprimir o termo "regulamentar" (abrindo, assim, a via a recursos contra actos de alcance geral) (alt.52 Berger + 12 Convencionais) ;
- Acrescentar "actos que afectem ou que possam vir a afectar significativamente os seus interesses" (alt.51 Duff +13 Convencionais, alt.56 Queiró, que utiliza uma fórmula semelhante)
- Substituir "actos regulamentares" por "regulamentos" e acrescentar o termo "nacional" após "execução" (alt.50 Villepin)

### **ARTIGO III-267.º (EX-ARTIGO 230.º-A)**

*"O Estado-Membro visado numa constatação feita pelo Conselho Europeu ou pelo Conselho nos termos do artigo I-58.º só pode invocar perante o Tribunal de Justiça, no prazo de um mês a contar da data da referida constatação, a violação das disposições processuais previstas no referido artigo."*

- Supressão (alt.57 Kaufmann) ;
- Alteração redaccional (alt.57 Villepin)

### **ARTIGO III-269.º (EX-ARTIGO 232.º)**

*"Se, em violação da Constituição, o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão se absterem de se pronunciar, os Estados-Membros e as outras Instituições da União podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada essa violação. A presente disposição é aplicável, nas mesmas condições, às agências e órgãos da União que se abstenham de se pronunciar.*

*Esta acção só é admissível se a Instituição, agência ou órgão em causa tiver sido previamente convidado a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição, agência ou órgão não tiver tomado posição, a acção pode ser proposta num novo prazo de dois meses.*

*Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer para o Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das Instituições, agências ou órgãos da União de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer."*

- Exclusão da acção por omissão para os actos do domínio da cooperação judiciária e policial em matéria penal (alt. 59 Villepin);
- Alteração de redacção (alt. 60 Kaufmann, alt. 61 Queiró)

### **ARTIGO III-271.º (EX-ARTIGO 234.º)**

***"O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre:***

- a) A interpretação da Constituição;***
- b) A validade e a interpretação dos actos das Instituições da União;***
- c) A interpretação dos estatutos das agências ou órgãos criados por acto da União, desde que estes estatutos o prevejam.***

***Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.***

***Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.***

***Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal de Justiça pronuncia-se com a maior brevidade possível."***

- Aditar um novo número no princípio, em que se indique que os juízes nacionais, juízes de direito comum, fazem parte integrante do sistema jurisdicional da União (alt. 63 Villepin);
- Supressão da alínea c) do primeiro parágrafo (alt. 65 Kaufmann);
- Favorável ao último parágrafo, embora reformulado (alt. 66 Michel + 4 Convencionais), indicando que o Tribunal se pronuncia no prazo estabelecido no Estatuto (alt. 67 Queiró), ou colocando a questão da sua incorporação no Estatuto do Tribunal de Justiça (Berger + 4 Convencionais).



### **ARTIGO III-278.º (EX-ARTIGO 240.º-A)**

***"O Tribunal de Justiça não é competente em relação aos artigos I-39.º e I-40.º da Parte I nem em relação às disposições do Capítulo II do Título V da Parte III, respeitantes à Política Externa e de Segurança Comum."***

- Supressão (alt. 72 Duff +14 Convencionais, alt. 73 Einem + 4 Convencionais, alt. 75 Kaufmann, alt. 77 Paciotti +1 Convencional);
- Competência do Tribunal de Justiça para fiscalizar a legalidade da adopção de medidas restritivas relativamente a pessoas e de actos de gestão (Michel + 4 Convencionais) ou para analisar os processos nos termos do quarto parágrafo do artigo 230.º, ou do artigo 234.º, sempre que digam respeito a actos que impliquem particulares, quer directa quer individualmente (alt. 74 Fischer); por seu lado, Villepin comunicou, a propósito da exclusão da competência do Tribunal em matéria de PESC, que "as autoridades francesas estão dispostas a estudar as modalidades de um alargamento limitado e pontual da competência do Tribunal em matéria de PESC para determinados tipos de acções, desde que essas modalidades preservem a capacidade de acção diplomática da União e dos Estados-Membros e sejam adaptadas às especificidades da PESC/PESD" (alt. 71 Villepin)

### **ARTIGO III-279.º (EX-ARTIGO 240.º-B)**

*"Ao exercer as suas competências relativamente às disposições das Secções 4 e 5 do Capítulo IV do Título III, respeitantes ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços de execução das leis nos Estados-Membros, nem para decidir sobre o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna, desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno."*

- Supressão (alt. 80 Duff + 13 Convencionais, alt. 81 Berger + 4 Convencionais, alt. 82 Fischer, alt. 83 Kaufmann);
- Voltar à redacção do n.º 5 do artigo 35.º do TUE, suprimindo "desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno" (alt. 79 Villepin).

### **ARTIGO III-285.º (EX-ARTIGO 245.º)**

*"O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado num Protocolo.*

*De acordo com o processo legislativo, a lei pode alterar as disposições do Estatuto, com excepção do Título I e do artigo 64.º. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça."*

- Estatuto do Tribunal enquanto lei orgânica e supressão das excepções indicadas relativamente ao Título I e ao artigo 64.º (alt. 91 Kaufmann);
- Aceita o processo legislativo, deliberando embora o Conselho por unanimidade (alt. 92 Queiró).

### **III. LISTA DAS ALTERAÇÕES POR ARTIGO**

#### Artigo 20.º

1. *Duff, Dini, Fayot, Hasotti, Lang, Voggenhuber, Berger, Dybkjaer, Macleannan of Rogart, Mc Cormick, Severin, Van Eekelen, Arabadjiev*
2. *Fischer*
3. *Kaufmann*
4. *Paciotti, Van Lancker*
5. *Queiró*

#### Artigo III-254.º (ex-artigo 221.º)

6. *de Villepin*

#### Artigo III-255.º (ex-artigo 222.º)

7. *Borrell, Carnero, López Garrido*
8. *Figel*
9. *Paciotti, Van Lancker*

#### Artigo III-256.º (ex-artigo 223.º)

10. *Borrell, Carnero, López Garrido*
11. *Figel*
12. *Kaufmann*
13. *Paciotti, Van Lancker*
14. *Queiró*

#### Artigo III-257.º (ex-artigo 224.º)

15. *Borrell, Carnero, López Garrido*
16. *Farnleitner, Tusek*
17. *Figel*
18. *Kaufmann*
19. *Paciotti, Van Lancker*
20. *Queiró*

Artigo III-258.º (ex-artigo 224.º-A)

21. *Borrell, Carnero, López Garrido*
22. *de Villepin*
23. *Berger, Einem, Farnleitner, Tusek*
24. *Figel*
25. *Fischer*
26. *Queiró*
27. *Roche*

Artigo III-259.º (ex-artigo 225.º)

28. *Queiró*
29. *Borrell, Carnero, López Garrido*
30. *Hannes, Farnleitner, Tusek*
31. *Kaufmann*
32. *Michel, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy*
33. *Queiró*

Artigo III-261.º (ex-artigo 226.º)

34. *Queiró*

Artigo III-262.º (ex-artigo 227.º)

35. *Queiró*

Artigo III-263.º (ex-artigo 228.º)

36. *Borrell, Carnero, López Garrido*
37. *de Villepin*
38. *Berger, Einem, Farnleitner, Tusek*
39. *Fischer*
40. *Kaufmann*
41. *Queiró*

Artigo III-264.º (ex-artigo 229.º)

42. *de Villepin*
43. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*
44. *Kaufmann*
45. *Queiró*

Artigo III-265.º (ex-artigo 229.º A)

46. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*
47. *Kaufmann*
48. *Queiró*
49. *Borrell, Carnero, López Garrido*
50. *de Villepin*
51. *Duff, Fayot, Hasotti, Voggenhuber, Berger, Dybkjaer, Lichtenberger, MacLennan of Rogart, Mc Cormick, Severin, Van Eekelen, Nagy, Arabadjiev*
52. *Altmaier, Berger, Brok, Demetriu, Duff, Einem, Farnleitner, Fayot, Paciotti, Rack, Tusek, Würmeling*
53. *Fischer*
54. *Kaufmann*
55. *Michel, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy*
56. *Queiró*

Artigo III-267.º (ex-artigo 230.º-A)

57. *de Villepin*
58. *Kaufmann*

Artigo III-269.º (ex-artigo 232.º)

59. *de Villepin*
60. *Kaufmann*
61. *Queiró*

Artigo III-270º (ex-artigo 233.º)

62. *Queiró*

Artigo III-271.º (ex-artigo 234.º)

63. *de Villepin*
64. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*
65. *Kaufmann*
66. *Michel, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy*
67. *Queiró*

Artigo III-274.º (ex-artigo 237.º)

68. *Queiró*

Artigo III-276.º (ex-artigo 239.º)

69. *Queiró*

Artigo III-277.º (ex-artigo 240.º)

70. *Queiró*

Artigo III-278.º (ex-artigo 240.º-A)

71. *de Villepin*

72. *Duff, Dini, Fayot, Hasotti, Voggenhuber, Berger, Dybkjaer, Lichtenberger, MacLennan of Rogart, Mc Cormick, Severin, Van Eekelen, Nagy, Arabadjiev*

73. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*

74. *Fischer*

75. *Kaufmann*

76. *Michel, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy*

77. *Paciotti, Van Lancker*

78. *Queiró*

Artigo III-279.º (ex-artigo 240.º-B)

79. *de Villepin*

80. *Duff, Dini, Fayot, Hasotti, Voggenhuber, Berger, Dybkjaer, Lichtenberger, MacLennan of Rogart, Mc Cormick, Severin, Van Eekelen, Nagy, Arabadjiev*

81. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*

82. *Fischer*

83. *Kaufmann*

84. *Queiró*

Artigo III-280.º (ex-artigo 240.º-C)

85. *Queiró*

Artigo III-281.º (ex-artigo 241.º)

86. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*

87. *Kaufmann*

88. *Queiró*

Artigo III-282.º (ex-artigo 242.º)

89. *Queiró*

Artigo III-285.º (ex-artigo 245.º)

- 90. *Berger, Einem, Farnleitner, Rack, Tusek*
- 91. *Kaufmann*
- 92. *Queiró*